CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projeto de Lei Complementar nº , de 2007. (Do Sr. Sérgio Petecão)

Acrescenta o art.3-A à Lei Complementar n° 63, de 1990, para estabelecer que, para efeitos de cálculo do valor adicionado para repartição do ICMS, a localização da barragem determina os Municípios-sede de usina hidrelétrica.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1°- Acrescente-se o seguinte art.3-A à Lei Complementar n° 63, de 11 de janeiro de 1990:

- "Art. 3-A. O valor adicionado, nos termos do artigo anterior, em se tratando de usina hidrelétrica, será atribuído ao Município-sede ou aos Municípios-sede.
- §1° Municípios-sede, nos termos do *caput*, são aqueles em cujas margens a barragem é construída, independentemente da localização da casa de força, estação elevatória e vertedouro.
- §2° Se a barragem está situada em dois ou mais Municípios do mesmo Estado, o valor adicionado será dividido igualmente entre eles.
- §3° Se a barragem está situada em Municípios localizados em Estados distintos, o valor adicionado será considerado em seu montante integral para cada Município, observado o disposto no §2° para a repartição entre Municípios situados em um mesmo Estado.
- §4° O valor adicionado será dividido apenas entre os Municípios situados em território nacional, em caso de usina hidrelétrica localizada em área limítrofe com outro país."

Art.2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei Complementar busca estabelecer orientação mais equânime para a atribuição do valor adicionado relativo à produção das usinas hidrelétricas, ao determinar a barragem como critério fixador do Município-sede.

Ao longo dos anos, os Municípios vêm pleiteando junto aos Tribunais critérios mais justos de repartição da receita do ICMS, levando-se em conta a produção de energia elétrica. A Lei Complementar 63/90 não tratou do tema. Muitas leis estaduais procuraram disciplinar a matéria, mas incidiram em inconstitucionalidade formal ao afrontarem o inciso I, parágrafo único do art.158 c/c art.161, I da CF/88.

Tanto o Superior Tribunal de Justiça (Resp. N° 401.998-MG) quanto o Supremo Tribunal Federal (Rextr. 253.906-6) fixaram o entendimento de que o fato gerador do ICMS é a saída do estabelecimento produtor da energia elétrica e não a formação do lago. Desta forma, a jurisprudência afastou a pretensão de participação no valor adicionado dos Municípios inundados, ao distinguir entre o local da geração de energia e o reservatório de água. Com razão, os tribunais entenderam que os Municípios alagados já são ressarcidos por meio dos royalties e da compensação financeira. A participação no ICMS compete ao Município sede da usina geradora.

Uma usina hidrelétrica é um complexo arquitetônico, um conjunto de obras e equipamentos, que tem por finalidade produzir energia elétrica por meio do aproveitamento do potencial hidráulico existente em um rio. De forma arbitrária, a jurisprudência elegeu a localização da casa de força, ou casa de máquinas, onde estão os geradores, como critério para determinar a sede da usina. Assim, os Municípios, onde estão situados o vertedouro, a estação elevatória, a barragem, ou seja, o complexo arquitetônico da usina, imprescindível para a geração de energia, são excluídos da repartição do ICMS.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O objetivo do Projeto de Lei Complementar é regular a matéria, a fim de que a sede da usina hidrelétrica seja efetivamente o Município, ou Municípios, onde sua estrutura física, arquitetônica esteja localizada. Se cada parte da usina hidrelétrica concorre, a seu modo, para a produção de energia, não é correto que apenas o Município, em que esteja localizada a casa de força, seja beneficiado na repartição do tributo estadual. A barragem é justamente o elemento arquitetônico que congrega todas as partes de uma usina hidrelétrica e, portanto, merece ser o referencial legal para determinação da sede.

Esperamos contar com o apoio de nossos eminentes Pares para a aprovação da proposta.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2007.

Deputado Sérgio Petecão PMN-AC